



Gabriela Andrade Galhardo

gabi_galhardo1@yahoo.com.br

Psicóloga, atua com população em vulnerabilidade e risco, em especial refugiados da Síria

Lilian Rodrigues de Siqueira

rsiqueira.lilian@gmail.com

Psicóloga Clínica, atua com reintegração social em dependência química

Tatiane Pereira Martins

tatimoris7@hotmail.com

Psicóloga Clínica e atuante na área de projetos de responsabilidade social.

FORMAÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS E GÊNERO NA CRIANÇA INSERIDA NO CONTEXTO FAMILIAR HOMOPARENTAL



Baixar artigo

Estamos vivendo hoje grandes transformações dentro do contexto familiar. Inúmeros modelos vem surgindo a cada dia, o que tem demandado de todos nós um olhar que busca sentido e questiona a supremacia do modelo nuclear tradicional, defendido hoje no senado através do Projeto de Lei do Estatuto da Família. O presente trabalho tem como objetivo investigar a formação do conceito de papéis sociais e gênero na criança inserida no contexto homoparental. Para tal foi realizada uma pesquisa com um casal homoafetivo e seus filhos adotivos, utilizando entrevista semi-dirigida com os pais e aplicação de Desenho de Família com Estória nas crianças (Trinca, 1997).

Palavras-chave: família homoparental, homoparentalidade, papéis sociais, papéis de gênero.

1 - INTRODUÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem como propósito contribuir para uma melhor compreensão da família homoparental e a constituição de papéis sociais e gênero, levando em consideração que estamos diante de novas configurações familiares, o que tem gerado discussões e estudos referentes ao que compõe e pode ser nomeado como família. Segundo o Estatuto da Família, de 2013, Art.2º: "Para fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes."

Contudo, atualmente nos deparamos com novas composições para o que define-se como "família", que segundo dados do IBGE foram encontrados em 2011 dezenove modelos.



A Família Homoparental

De acordo com Murdock (1969, citado por Vieira, 2011, p. 87), é “um grupo social caracterizado pela residência comum, com cooperação econômica e reprodução”. Para Lucy Mair, ela consiste em ‘um grupo doméstico no qual os pais e filhos vivem juntos’. Beals e Hoijer definem família como ‘um grupo social cujos membros estão unidos por laços de parentesco’, ou ainda, ‘um grupo de parentes afins e seus descendentes que vivem juntos’”

Bem sabemos que os novos arranjos familiares hoje existem e lutam por reconhecimento perante a sociedade e as leis. Considerando então a família homoparental, é possível notar uma característica que está na flexibilidade dos papéis, onde pode não haver uma hierarquização ditada tradicionalmente pelo gênero, como muito se pode ver na família nuclear tradicional. Nesse contexto, tais funções se darão de acordo com as características de personalidade de cada membro, suprimindo assim as necessidades e cuidados com os filhos.

Zambrano (2006 citado por Vieira 2011) vem apontar, que a orientação sexual dos pais não é o fator determinante da boa parentalidade. Não é ser heterossexual ou homossexual que torna um pai, um bom pai, ou uma mãe, uma boa mãe. Justamente desmistificar essa crença tem sido um dos maiores objetivos dos estudos da homoparentalidade, para assim comprovar que essas famílias tem toda a capacidade de educar filhos e merecem ter todos os direitos garantidos e preservados, em nome da família.

A Homossexualidade

Mais do que séculos, a homossexualidade está presente desde os últimos quatro mil anos na civilização, sendo seu início marcado pelas influências da cultura pró natalista, na qual Mott (2001) afirma que o desperdício de esperma associado à prática homossexual era compreendido como um crime que deveria ser condenado à morte, e principalmente da religiosidade, por meio da contradição com a ordem natural prevista pelo Criador. Esta contradição era tida como explicação para catástrofes ao longo da história, como o dilúvio, a destruição de Sodoma e Gomorra e a Peste Negra.

Por tempos a homossexualidade foi vista por uma ótica de doença. Vieira (2011) afirma que a Medicina e o Direito, passaram a incorporar a concepção cristã da homossexualidade, considerando-a como uma doença intitulada de “homossexualismo” com tendência congênita e contagiosa. Ainda na década de 50, o termo homossexualismo foi intitulado para a Associação Americana de Psiquiatria no seu primeiro Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) como uma desordem.

Na dimensão nacional, referências contra os homossexuais começaram a circundá-lo desde seu primeiro momento em colonização, quando Mott (2001) relata sobre o impacto desde a chegada dos colonizadores ao se depararem com habitantes que eram adeptos às práticas homossexuais e, assim, contrapunham sua moral além de trazer a ameaça pelo “contágio”. Neste momento, ao se tratar de um país cujo crescimento populacional e planejamento social está se iniciando, o movimento pró natalista é executado.

Mas o movimento homossexual em si começou a ganhar força no Brasil somente na segunda metade dos anos 70, historicamente após a Revolução de Stonewall em 28 de junho de 1969, que tem caráter internacional e resultou na data da qual até hoje é associada ao Dia do Orgulho Gay. Neste período, Facchini (2003) cita sobre associações e entidades que buscaram defender e garantir direitos dos homossexuais. Um dos maiores legados foi a fundação do Grupo SOMOS, com objetivos voltados a viabilidade de politização sobre questões da homossexualidade, sendo contribuinte para construção da identidade homossexual no Brasil.

Facchini (2003) acrescenta que no término da década foi organizado o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, juntamente da campanha com propósitos de tirar a homossexualidade da lista de doenças, sendo este último concretizado em 1993, quando foi retirada da lista da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Com surgimento da AIDS na primeira metade da década de 80, também conhecida como “Peste Gay”, a autora aponta que houve necessidade em desvincular a homossexualidade a este caráter. Mas somente em meados dos anos 90 foi possível notar que o movimento passava a se reestabelecer, no qual Facchini (2003) cita o retorno de encontros entre grupos e demais militantes, buscando propostas que abrangiam a “despatologização”, legalização do “casamento gay”, “discussões de gênero”, inclusão da educação sexual nos currículos escolares, luta contra a AIDS e a discriminação religiosa.



Foto: Rodrigo / acervo pessoal

Rodrigo (direita) é conselheiro municipal do movimento LGBT de São Paulo. Na foto aparece junto a sua família: o companheiro Marcelo e o filho Gustavo.

Posteriormente, Facchini (2003) cita uma passeata que ocorreu na cidade de São Paulo sendo crucial para ideias fomentadas pelo dia do Orgulho Gay e sua respectiva Parada do Orgulho LGBT. Movimentos como estes fizeram com que houvesse desdobramentos na lei para atender a essa parte da população, como a Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, que garante a celebração do casamento civil e união estável homoafetiva. Contudo, vale ressaltar que o caráter revolucionário do movimento homossexual é acompanhado de oposições religiosas e do viés da moral, que são vivenciadas como um impedimento para o progresso na conquista de direitos.

Papéis Sociais de Gênero ao Longo da História

Papel social é uma função que abrange um conjunto de direitos, deveres, normas e comportamentos do sujeito, a fim de enquadrá-lo dentro de um grupo ou instituição social, (Berger, 1978; Goffman, 1975). Sendo a família, o primeiro enquadramento social de um indivíduo, é importante entender quais as funções sociais aprendidas pela criança, incluindo o papel social de gênero.

Primeiro veio a reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela norma natural do sexo. Em seguida o que era efeito tornou-se causa. A diferença dos sexos passou a fundamentar a diferença de gênero masculino e feminino, que de fato, historicamente a antecederam. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário. Revolucionários, burgueses, filósofos, moralistas, socialistas, sufragistas e feministas estavam de acordo em especificar as qualidades morais, intelectuais e sociais dos humanos, partindo-se da diferença sexual entre homens e mulheres. (Costa, 1995, p.128)

Apesar das diferenças e semelhanças discutidas relacionadas ao sexo do homem e da mulher, não era essa a premissa que diferenciava os valores culturais, sociais, morais, psicológicos na época, como cita Costa (1995) ao considerar os dizeres de Daniela Ropa em um comunicado pessoal. Especificidades sexuais não era de fato o que fundamentava as diferenças entre homens e mulheres, sendo assim, uma rediscussão se fez necessária devido ao interesse de filósofos, moralistas e políticos para justificar o conceito de inferioridade da mulher no âmbito político-jurídico-moral.

A partir de então, contextualizar a mulher como um indivíduo igual ao homem perante a lei, afinal, sua anatomia não a tornava intelectualmente inferior ao homem, todos eram dotados das mesmas faculdades mentais, tornou-se um problema. Como justificar o domínio do macho sobre a fêmea, em vários âmbitos da sociedade? Sendo assim, a mulher é transformada em signo e guardiã da fragilidade privada (Costa, 1995).

Dessa forma, julgamentos e condutas morais que são mantidas até hoje teve seu nascimento à partir dessa necessidade de justificar uma desigualdade supostamente natural entre homem e mulher. A mulher e sua prole deveriam ser protegidas do mundo, sendo mantidas no privado, e o homem seria o seu guardião.

A Família Contemporânea e as Questões de Gênero

Há muito tempo, estudos mostram que desde tenra idade, meninos e meninas sofrem influência de agentes socializadores, transmitindo suas expectativas, reforços, disposições, atitudes e comportamentos típicos para cada sexo. (Kohlberg, 1966 e Bandura, 1971 citados por Negreiros e Féres-Carneiro 2004) afirmam que outro fator sugerido é que meninos e meninas tendem a imitar mais os seus iguais do que os do outro sexo, desenvolvendo assim a noção do que é tipicamente masculino e tipicamente feminino, o que é esperado, permitido, consentido e excluído para tal.

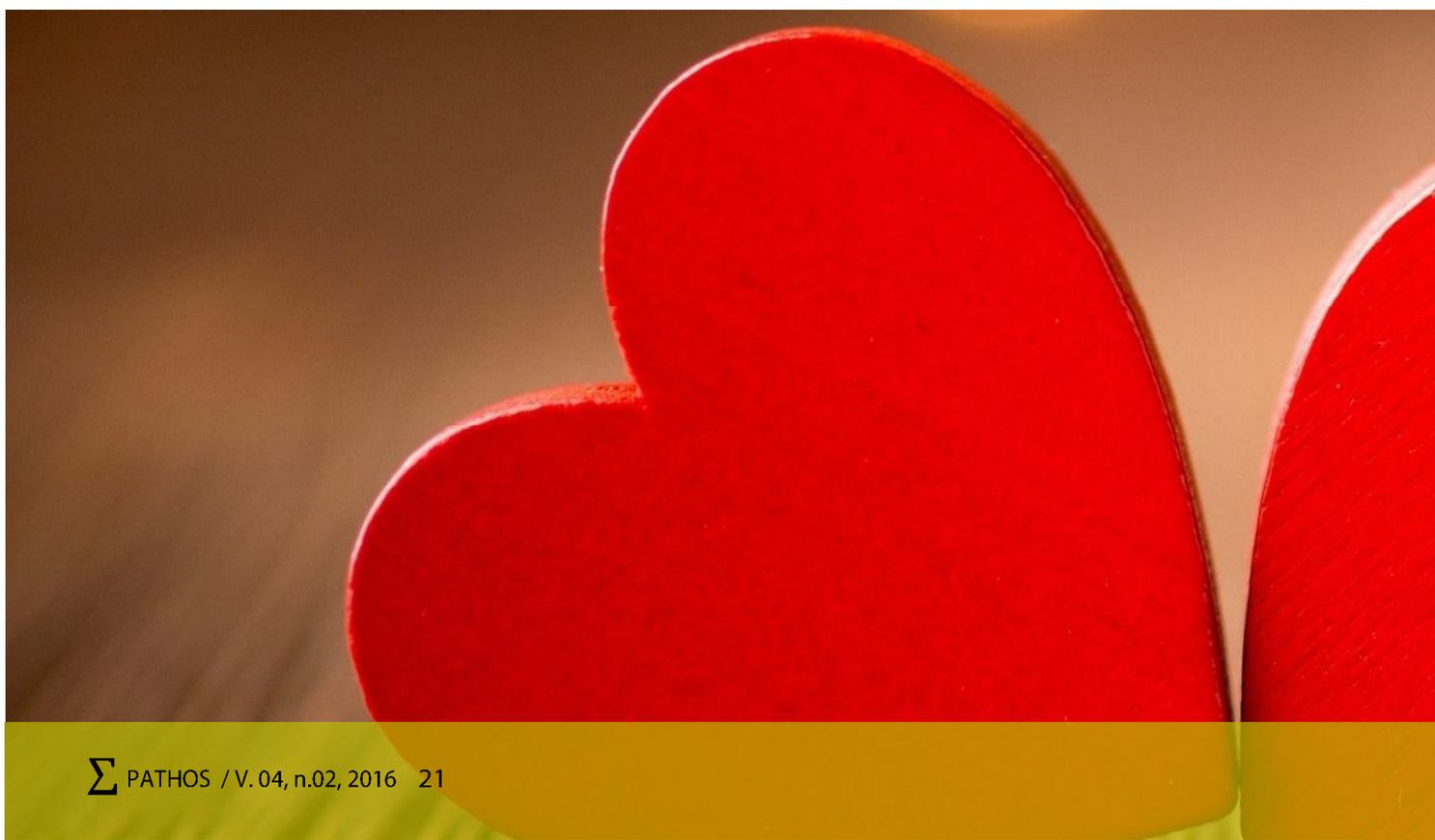
Dessa forma, a família tem grande caráter socializador, sendo ela o primeiro lugar onde a criança aprende a linguagem daquele ambiente, desenvolve a fala, constrói sua auto-imagem e a imagem do mundo exterior.

Winnicott postula sobre o papel da família na formação da criança:

A família é o primeiro agrupamento, e de todos os agrupamentos é o que está mais próximo de ser um agrupamento dentro da unidade da personalidade. O primeiro agrupamento é simplesmente uma duplicação da estrutura unitária. Quando dizemos que a família é o primeiro agrupamento, estamos falando muito naturalmente em termos do crescimento do indivíduo (...) (Winnicott, 1989, p.126)

Esse processo de formação continuará por toda a vida, em dado momento em casa, com a família, e posteriormente na escola, com amigos, na creche, na casa de outros familiares e assim por diante.

No que diz respeito à constituição do sujeito, pode-se dizer que, para Winnicott, a mãe exerce um papel essencial no desenvolvimento da criança.



É a mãe que apresenta o ambiente para o bebê e dessa relação, proporcionará a segurança necessária para o desenvolvimento emocional do bebê.

A mãe que desenvolve esse estado ao qual chamarei de "preocupação primária materna" fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne donos das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida. (Winnicott, 2000. p.403)

Em vistas dessas observações, de modo a não nos equivocarmos, podemos supor que para o desenvolvimento da criança, se faz necessário uma pessoa específica que cuide do bebê e proporcione um ambiente seguro, sendo ela, a mãe ou um cuidador responsável. Da mesma forma, que a função do pai no Complexo de Édipo está relacionada com a relação do terceiro que terá por função instaurar a lei, não estando diretamente relacionada com o gênero. Segundo Lacan (1956-1957, p.204) trata-se de que a criança confronte com a ordem que fará a função do pai.

2 - OBJETIVO

Diante desse quadro, o presente trabalho tem o objetivo de investigar se a criança inserida no contexto homoparental pode ser influenciada na sua formação de papéis sociais, de gênero e, principalmente, em sua constituição como sujeito. Esperamos assim, colaborar de forma positiva para a compreensão das novas demandas familiares que possam surgir na clínica.



*" estudos mostram
que desde tenra idade,
meninos e meninas
sofrem influência de
agentes socializadores,
transmitindo suas
expectativas, reforços,
disposições, atitudes e
comportamentos típicos
para cada sexo."*

3 - MÉTODO

Para alcançar o objetivo do estudo foi escolhida a pesquisa qualitativa, em busca de mais ênfase ao campo subjetivo. Segundo Minayo (2010), este tipo de método procura ressignificar processos sociais ainda pouco acessados e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo final propiciar a constituição de novos conceitos e categorias referente ao fenômeno em questão. Dessa forma, foi utilizado também o método de pesquisa de campo, no qual Gil (2008) objetiva o aprofundamento de uma realidade específica por meio de entrevistas para captar as explicações e interpretações manifestadas dentro daquela realidade.

Nossa amostra trata-se de uma família composta por dois homens assumidamente homossexuais residentes na cidade de São Paulo, com filhos adotivos desde o nascimento. A família será apresentada por nomes fictícios a fim de garantir o sigilo ético, conforme o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo Paulo e Miguel os pais, e Beatriz e Lucas os filhos, sendo gêmeos de nove anos de idade. Miguel com 40 anos e Publicitário e Paulo com 50 anos e Gerente Geral.

Foi realizada uma entrevista com os pais, na qual Minayo (2010) se apropria desta técnica afirmando que ela pode ser uma conversa envolvendo vários interlocutores – neste caso os dois pais e a entrevistadora, realizada por iniciativa do entrevistador, que por sua vez, objetiva construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, abordando temas que visam alcançá-lo. Em aproximadamente 10 (dez) questões semiabertas acerca do tema paternidade, família e sociedade, foram obtidos dados sobre a constituição familiar e principalmente o conceito de família e seus respectivos papéis concebidos. Já com as crianças, foram realizadas atividades em ambientes separados, seguindo a proposta de um desenho cujo tema família se baseava e, posteriormente, cada criança contou uma estória sobre ele.

Segundo Trinca (1997) o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) constituiu-se num desdobramento do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E), que por sua vez, tem finalidade de investigação psicodiagnóstica para detectar aspectos inconscientes nas relações de objeto da pessoa, com ênfase no meio afetivo e familiar, vindo a contribuir mais especificamente para uma abordagem da estrutura e da dinâmica da família em que o indivíduo está inserido, tanto no plano de fantasia quanto no mundo real. Em sua aplicação é comumente utilizada folha sulfite, lápis preto e borracha. Durante a aplicação também foi deixada à disposição uma caixa de lápis de cor com 24 (vinte e quatro) cores, que segundo Trinca (1997) é tido como uma das sugestões implícitas, ficando sob o alcance do olhar da criança como um estímulo, mas somente utilizado se desejado por ela.

4 – RESULTADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

A seguir apresentaremos os desenhos, juntamente dos dados obtidos durante a aplicação do Desenho de Família com Estória (Trinca, 1997) nas crianças de nosso estudo e, em seguida, a análise dos resultados respaldadas por trechos da entrevista concedida pelos pais.



Desenho realizado por Beatriz, 9 anos.



Desenho realizado por Lucas, 9 anos

Beatriz vai ao banheiro quando é solicitado o desenho, e novamente antes de iniciar a estória. Finaliza o desenho e quando é solicitado que conte a estória se lembra de desenhar o cachorro e acrescenta também um sol próximo a figura de Paulo. Apaga e redesenha o lábio mesmo já pintado, seguindo o padrão dos lábios dos outros membros da família. Expressa também sentir dificuldades ao desenhar olhos, fazendo comentários quando desenha os seus, sendo este o primeiro a ser executado. No relato da estória Beatriz demonstra objetividade e não trás detalhes, apenas afirma que é uma família sendo fotografada e que eles estão felizes. Entre a aplicação do desenho e a solicitação da estória, foram utilizados vinte e quatro minutos.

Antes de Lucas iniciar o desenho, pede licença e vai ao banheiro. Quando volta espalha todos os lápis de cor sobre si e começa a guardá-los e organizá-lo na caixa, para depois então, iniciar o desenho. Lucas começa a desenhar a figura masculina, em seguida um outro homem, uma menina, o cachorro e uma mulher. Ele apoia a caixa de lápis de cor no desenho, cobrindo parte do mesmo, em seguida desenha o cachorro e por último uma mulher. Durante a aplicação, ele retira um lápis por vez e organiza na caixa de modo que, a cada utilização os lápis permaneçam organizados. No relato da estória, Lucas foca apenas descrever características sobre as figuras desenhadas e demonstra dificuldade para efetivamente contar uma história. Entre a aplicação do desenho e a solicitação da estória, foram utilizados trinta e três minutos.

Para compor essa análise selecionamos os trechos mais relevantes da entrevista com os pais, associando com os dados obtidos na aplicação da atividade lúdica com as crianças.

Paulo desde muito cedo nutria o desejo de reproduzir o modelo nuclear de família tradicional em que estava inserido na infância. "(...) sempre os parceiros que tive, eu tinha na minha cabeça, em algum lugar, o desejo de replicar na minha vida o modelo de família que eu tinha quando eu era criança. E então por um lado eu tinha o desejo de replicar o modelo (...)."

Porém, inseridos no contexto da homossexualidade, Paulo aponta uma possível dificuldade que enfrentaria em constituir sua família, já que dentro da comunidade gay esses valores não são muito comuns. Acrescentado ao relato de Miguel, sobre a percepção de um estranhamento dentro da comunidade gay diante de sua condição de estar casado e com filhos. "dentro da comunidade gay, a gente é diferente (...) olham às vezes e como se quase falando por que que vocês querem fazer como os casais heterossexuais?."

Dessa forma, Viera (2011, p. 12) nos trás a seguinte reflexão ao referir-se sobre essa questão:

Ou seja, continua-se a utilizar o ideal heterossexista como ideal de família e a família homoparental tem que seguir, de alguma maneira, tais parâmetros, tanto para se sustentar enquanto família – grupo vincular afetivamente "indissolúvel" e "seguro" – como para conseguir reconhecimento social e jurídico (...).

Diante disso levantamos a questão da necessidade explícita de enquadrar a família dentro de um padrão heterossexual ou homossexual, posto que isso anula a singularidade e subjetividade como sujeito. Vieira (2011) cita que cada família carrega em si e transpassa para seus descendentes valores e significantes de sua própria realidade, construída por sua própria subjetividade, advindos da cultura que está inserida. Paulo ratifica esta afirmativa quando refere sobre seu desejo de constituir uma família independente de sua condição homossexual, não enquadrando assim sua família em um modelo pré-estabelecido, mas sim aos seus valores pessoais intrínsecos, em reproduzir o modelo pelo qual foi criado. Miguel também indica que seu conceito de família está muito além de padrões normativos.

"...Tem a ver com laço de amor, carinho, amizade, é tudo que tem a ver com emoção. (...) o sanguíneo é importante, mas eu acho que não se limita a isso." E Paulo complementa: "Eu nem falaria de sangue, porque pra mim, família é amor, e tudo de compartilhar. (...) pode ter família de dois homens, pois a nossa família somos dois homens e dois filhos.

O ambiente facilitador, segundo Winnicott (1896-1971), inclui as funções paternas que complementa as funções maternas e a função da família. Aqui pode ser percebido que a função materna tem grande importância, mas deve ser levado em consideração o que esta função representa para a formação da criança, e não qual indivíduo irá desempenhá-la. Podemos perceber que nesta família as características da personalidade de cada pai acabam por naturalmente definir a função de cada um a ser desempenhada.

"..nada a ver com feminino ou masculino, a gente tá dizendo função paternal e função maternal, o Paulo tem tendência a ser mais o papel maternal, então ele é o que vai cuidar, tá com febre, é ele que vai saber lá onde que tá o remédio (...) e eu, tendencialmente, acabo tendo mais esse caráter paternal... não fez a lição, eu que vou lá brigar...", Relata Paulo.

Contudo, reconhecem a importância de se ter figuras femininas presentes na criação dos filhos, suprida pelas avós, tias, funcionárias da casa, madrinhas e professoras da escola. Nasio (2005) fala sobre a importância da figura feminina para a menina durante a infância:

Essa entrada no Édipo é também o momento em que a mãe, após ter sido afastada, volta à cena e fascina a filha por sua graça e feminilidade. Com efeito, a mãe, antes tão desacreditada, é agora admirada como mulher amada e modelo de feminilidade. (Nasio, 2007, p. 55).

Durante a aplicação do DF-E em S, ela afirma que desenhar menina é mais fácil. Então, embora seja criada em um ambiente com prevalência da figura masculina – seus pais e seu irmão, não há dificuldade de identificação com a figura feminina. Lucas também mostra em seu desenho o reconhecimento da figura feminina. Enquanto apresentava seu desenho, refere ao lugar feminino, uma das figuras aparentemente masculina, dizendo "Esse é a mãe". Percebemos que Lucas possui uma referência do que é visto como maternal, concordando que a função paternal e a função maternal independente do sexo da pessoa que realiza.

Embora a preocupação e cuidado dos pais em trazer o feminino para próximo das crianças, Miguel acredita que futuramente questionamentos acerca da mãe de fato possa surgir: "... Aquela coisa de "aaah, eu não pedi pra nascer, eu não queria ter nascido nessa família" (...) quando eles forem adolescentes eles vão falar essas coisas "aaah, não pedi dois pais."

Hoje ainda, podemos observar que esses questionamentos já existem, porém quem faz é a sociedade, que cobra das crianças uma mãe. Paulo nos conta uma situação onde Beatriz foi questionada sobre "sua mãe", quando estava fazendo suas unhas na manicure. Beatriz responde que sua mãe está "viajando" e que estava acompanhada de seu pai. Levantamos a hipótese de Beatriz sentir-se coagida a "inventar uma mãe" para responder à demanda do outro, que já impôs a necessidade de existência de uma mãe previamente. Uma criança de nove anos, na maioria das vezes ainda não se sente segura para não responder ao outro de acordo com seu desejo, pois há uma necessidade de aceitação. Durante a execução do desenho, Beatriz mostra dificuldade em fazer os olhos, sendo este um órgão receptor que nos infere o quanto esse externo talvez a agrida emocionalmente, quando percebe da sociedade certa hostilidade perante sua composição familiar. É difícil olhar a partir do olhar do outro.

Blinder, ainda utiliza um trecho de O Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry para exemplificar o olhar e percepção da criança:

Mostrei minha obra-prima às pessoas grandes e lhes perguntei se meu desenho os assustava. Responderam-me: Por que um chapéu iria assustar? Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma serpente que digeriria um elefante. As pessoas grandes nunca compreendem nada por si mesmas, e é cansativo para as crianças dar sempre e sempre explicações. (Blinder, 2011, p. 142).

Posteriormente, Beatriz conta a Paulo o ocorrido com a manicure e argumenta que não desejava e não via sentido em contar e explicar sobre sua família para uma pessoa desconhecida, que provavelmente ela nunca mais veria, evidenciando a consciência de que o que estava fazendo (mentindo) não era o adequado, portanto, merecia uma justificativa. Poderemos dizer então, do ponto de vista psicanalítico, que Beatriz possui movimentos para os mecanismos de defesa.

Fica evidente em seu desenho que não era o que Beatriz gostaria de ter feito, pois ali apresentou para a solicitante exatamente a família que ela possui, simplesmente porque não foi exigido a presença de uma mãe, e sim de uma família. Isso nos faz questionar até quando viveremos em uma sociedade onde se baseie num padrão familiar pré determinado?

Levando em consideração que as aplicadoras estavam na própria casa das crianças, vivenciando sua família, percebemos que este ambiente favorável e seguro faz com que Beatriz não sinta a necessidade de representar uma mãe em seu desenho, e sim evidenciar dois pais, desenhados no plano superior da folha em proporção maior, denotando o reconhecimento de autoridade e respeito. Ela e seu irmão ao centro, indicando a segurança que sentem ao serem protegidos por esses pais. Todos estão com feições felizes e em sua estória Beatriz conta que “estão tirando uma foto e todos estão sorrindo”. Lucas, em sua estória nos fala sobre uma rotina normal e saudável de uma família: “Eles gostam de fazer esportes, gostam de viajar, gostam de animais e eles gostam de aprender (...) Gostam de brincar de um jogo em família, jogo de tabuleiro. O pai gosta de ler o jornal.” Contudo, ambos apresentam dificuldade para expressar em palavras sobre a família no desenho, podendo levantar como hipótese a insegurança por não saber o que o outro deseja ouvir como resposta.



Foto: acervo pessoal

Lee e Silvana com o filho Inácio

Seus pais também se empenham em garantir às crianças o convívio com outras famílias homoafetivas, para que assim aprendam sobre respeito e diversidade, não se sintam sozinhas e possam ver que no mundo todo há famílias como a delas:

tem uma organização, que se chama “R Family Vacation” (R Férias de família – tradução livre), e eles organizam férias para famílias que contêm duas mães ou dois pais. A gente já fez várias vezes com eles (...) Então, desde a idade de 3 anos, sabem que existe no mundo um monte de outras famílias que contêm dois papais ou duas mães... ou um papai, ou uma mamãe apenas, e que existe essas diferenças e que você tem que respeitar.

Esse relato nos leva a questionar o que está sendo feito no Brasil para essas famílias e para essas crianças, já que nossa amostra se trata de uma família com nível sócio econômico acima da média brasileira, então não podemos considerar como um padrão. O que tem sido feito à favor dessas famílias hoje no Brasil? Temos hoje um Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados que tem o objetivo de redefinir perante as leis o que pode ser definido como família, excluindo assim os demais de direitos como Pensão, INSS e Licença Maternidade. No entanto, vai de encontro ao que o STF propõe, pois este determina que pessoas do mesmo sexo no Brasil podem se casar, obrigando assim todos os cartórios a realizarem esta união. Além de trazer consequências negativas a adoções e casamentos, pois a base do projeto afirma que família se constitui pela união entre homem e mulher e seus descendentes sanguíneos.

E quais consequências as crianças inseridas nesse contexto familiar irão sofrer em suas vidas, sendo vítimas dessa segregação? De fato, em nossa amostra já pudemos perceber o efeito dessa sociedade que fere os direitos dessas famílias, independente das leis estarem em vigor. Na maioria das vezes o preconceito já está no olhar, colocado ali desde o início, por uma sociedade que ainda não foi educada para aceitar a diversidade.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi levantado no histórico da homossexualidade, podemos perceber que apesar das aquisições, ainda é predominante a resistência e preconceito que a sociedade carrega. Contudo, o movimento homossexual pode ser considerado uma história em construção contínua em um processo de ressignificação, assim como a família e suas variáveis, abrindo espaço para que a sociedade retorne seu olhar para essas novas constituições familiares e seus respectivos membros.

É importante salientar, segundo Winnicott (1896), que a vida de um indivíduo saudável é caracterizada por medos, sentimentos conflitivos, dúvidas, frustrações, tanto quanto por características positivas. Dessa forma, quando aspectos como insegurança, sentimentos de ambivalência, satisfação imediata e impulsividade, são percebidos no desenho e estória de Beatriz e Lucas, concluímos que são características comumente encontradas em crianças, pois elas estão ainda se constituindo como sujeitos. O DF-E nos mostra que há um reconhecimento e aceitação dessas crianças quanto ao seu contexto familiar, porém, a partir do relato dos pais é possível notar uma grande preocupação em responder ao desejo do outro, motivados pelo contexto social preconceituoso. Este contexto também traz a manicure, citada na discussão do trabalho, que segue as determinações de padrão familiar e exige uma "mãe" para Beatriz. Será que um dia o conceito de família não será visto pela sua normatização, se temos hoje tramitando no Congresso Nacional um projeto de Lei que segrega essa e tantas outras composições familiares? E essas crianças, mesmo vivendo de uma maneira que percebemos como saudável e afetiva, já estão sob essa influência do meio, com as exigências do que é padrão e do que é aceito, tendo o Projeto como um retrocesso.

Sobre a visão psicanalítica, a função parental não está diretamente ligada ao gênero, sendo importante que haja uma relação triangular, onde cada qual exerce sua função para a constituição do sujeito, independente de gênero. Acreditamos na hipótese de que um ambiente familiar amoroso, estruturado e desprendido de preconceitos seja benéfico para a formação de indivíduos seguros e dinâmicos, com capacidade de eleger figuras parentais para suprir suas necessidades de identificação de gênero presentes na sociedade moderna e contemporânea.

Desejamos que a psicologia possa continuamente contribuir de forma ativa para o estudo e a quebra de tabus, para isso se faz necessária a continuidade de pesquisas, considerando sempre os aspectos éticos e de respeito à cidadania de todas as pessoas, independente de sua etnia, crença, orientação sexual, gênero ou qualquer outra questão que venha a nos separar como indivíduos.

6 - REFERÊNCIAS

- Costa, J. F. (1995). *A face e o Verso: estudo sobre o homoerotismo II*, São Paulo: Editora Escuta;
- Facchini, R. (2003). *Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituindo um Histórico*, São Paulo;
- Gil, A. C. (2008). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 4ª ed, São Paulo: Atlas;
- Gomes, J.V. (1992). *Família e Socialização*. Universidade de São Paulo, USP, SP;
- Holland, R. (1977). *Eu e o Contexto Social*; Tradução de Angela Melim, Rio de Janeiro: Zahar Editores;
- Lacan, J. (1995). *O Seminário Livro 4. A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed;
- Laurenti, R. (1984). *Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças*, Rev. Saúde Pública vol.18 no.5 p. 344-347, São Paulo;
- Minayo, M. C. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*, 12ª ed, São Paulo: Hucitec-Abrasco;
- Mott, L. R. B. (2001). *A Revolução Homossexual: O Poder de um Mito*, Revista USP, São Nasio,
- J. D. (2009). *Édipo, O Complexo que nenhuma criança escapa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores;
- Negreiros, T. C. G. M & Fé.res-Carneiro, T. (2004). *Masculino e Feminino na Família Contemporânea*. UERJ – Rio de Janeiro;
- Paiva, M. L. S. C. & Rodrigues, B. C. (2009). *Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental*, Vínculo – Revista do NESME, vol. 1, no. 6, p. 01-111;
- Passos, M. C. (2005). *Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família*. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 17, no.2, p.31-40;
- Trinca, W. (1997). *Formas de Investigação Clínica em Psicologia: Procedimentos de Desenhos-Estória: Procedimento de Desenhos de Família com Estórias*, São Paulo: Vetor;
- Vieira, R. S. (2011). *Homoparentalidade: Estudo Psicanalítico sobre Papéis e Funções Parentais em Casais Homossexuais com Filhos*, São Paulo: IP – USP, p. 206;
- Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago;

